

Moção em defesa da soberania digital e de uma internet mais democrática

Remetente: Comitê Antropologia Digital e Divulgação Científica

Destinatários: ABCP, ABC, ANPOCS, SBS, SBPC, ABRASCO, ANPUH, ANPOF

A internet e as relações digitais assumiram uma centralidade importante na vida contemporânea, especificamente no que diz respeito a suas ramificações e seus desdobramentos na esfera política nacional. Esta discussão se torna novamente urgente em um ano eleitoral no qual as ferramentas de inteligência artificial generativa ganharam espaço e têm seu uso disseminado.

Sabemos, pelo menos desde 2016, que a extrema direita tem se organizado digitalmente de forma bastante eficiente no cenário global e o mesmo se dá no Brasil. Há tanto a disputa política de posições quanto o uso de dispositivos sociotécnicos variados que buscam manipular emoções, disseminar desinformação, alavancar conteúdos mentirosos e tentar determinar a vida política nacional, baseando-se para isso na lógica algorítmica, plataformizada e datificada das redes sociais.

Além disso, são crescentes os registros de violência política, especialmente aquela determinada por gênero e raça, e de violações de direitos, ataques, discriminações, vazamentos, invasões e fake news. Todos estes processos fazem parte do ecossistema de radicalismo da extrema direita e têm efeitos palpáveis na vida das pessoas.

Neste contexto, a amplificação das ferramentas de IA generativa impõe um desafio adicional em múltiplas frentes e, no que diz respeito ao campo acadêmico, torna urgentes as discussões sobre avaliação, autoria e ética no trabalho científico.

Nesta moção, reafirmamos a necessidade da defesa da soberania digital, em que haja respeito aos marcos legais atualmente existentes – Marco Civil da Internet no Brasil e Lei Geral da Proteção de Dados. É preciso defender uma governança eficaz de dados, a regulação das plataformas digitais e o desenvolvimento da autonomia tecnológica nacional, que nos permita sair da lógica plataformizada, monetizada e neocolonialista das big techs. Precisamos

com urgência discutir e enfrentar os desafios profissionais que as ferramentas de inteligência artificial generativa colocam para a produção antropológica.

Conclamamos a comunidade de antropólogas e cientistas sociais a experimentar, fomentar e difundir outros usos da internet, que levem em consideração as diversidades de raça, classe social, gênero, sexualidade, geração, religião, dentre outras, e que se pautem pela preocupação com a defesa de direitos, com usos alternativos e produtivos. Não nos conformemos em ter nossa atuação profissional e política capturada pela lógica das plataformas das big techs.

Por fim, propomos também, como desdobramento dessa Moção, a criação de um Grupo de Trabalho interdisciplinar, a partir de esforço conjunto das diversas Associações Científicas, que façam valer e coloquem em prática as recomendações aqui apresentadas e estabeleçam um conjunto de boas práticas para pesquisadores/as nas Ciências Sociais e Humanas.

Goiânia-GO, 17 de julho de 2026.